

CARACTERIZAÇÃO E LEVANTAMENTO DO MATERIAL DIDÁTICO PARA PESSOAS SURDAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

AUTORES

CALDEIRA Carolina

Discente do curso de Pedagogia UNILAGO

SILVA Karen Thauana Gonçalves da

Discente do curso de Pedagogia UNILAGO

CAMARGOS Gláucio Silva

Docente dos cursos de Licenciatura UNILAGO

RESUMO

O tema apresentado neste artigo diz respeito aos materiais didáticos para alunos surdos, sua adequação, utilização e disponibilidade, pois o indivíduo Surdo acaba distanciado da educação regular por falta de material adaptado a suas necessidades, que dependem da visualidade, e pela falta de especialização dos profissionais da área da educação, uma vez que esse tema é pouco discutido nos meios acadêmicos. Existem profissionais especializados na surdez e na língua de sinais, porém são poucos, portanto não são suficientes para a quantidade de alunos matriculados na rede Municipal de Ensino. Neste trabalho, foi feito um levantamento dos materiais disponíveis no município de São José do Rio Preto e uma análise da adequação, da disponibilidade e do trabalho realizado com estes materiais

PALAVRAS-CHAVE

Educação. Material Didático. Surdos. Língua Brasileira de Sinais. São José do Rio Preto.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo está situado na linha de pesquisa “Aspectos Teóricos” do trabalho pedagógico. Por meio dele, buscamos a definição e importância do material didático (MD) como facilitador do ensino e da aprendizagem. Em seguida, enfatizamos a adaptação do material didático para alunos surdos, discutimos a disponibilidade desses materiais e facilidade de acesso a eles. Quanto à abordagem teórica, levantamos dados sobre o material disponível na Secretaria Municipal de Educação e um centro especializado. Por fim questionamos o “tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva”, conforme a lei 10.436/02.

O estudo desse tema é deveras relevante na área pedagógica, uma vez que é um tema pouco discutido nos meios acadêmicos e pesquisas científicas, visto a dificuldade de encontrá-las. Conforme artigo “Material Didático: conceito, classificação geral e aspectos da elaboração”, Denise Bandeira (2002) classifica e define Material Didático e Campello (2008) evidencia a necessidade de uso deste material visual pelos professores em sala de aula.

Ponderando os alunos surdos, qual material didático lhes é oferecido? Possuem material de apoio? Como eles são respaldados pela Secretaria Municipal e pelo MEC?

2 CARACTERIZAÇÃO DO CONCEITO DE MATERIAL DIDÁTICO

Segundo Wander Soares (apud BANDEIRA, 2002, p. 14), o livro didático extrapola sua função original, já que é usado para diversos fins e na escola não se limita mais apenas aos livros clássicos, mas a produtos pedagógicos também, como jogos e brinquedos educativos. O material didático implica na escolha de um suporte, que possibilita materializar o conteúdo: pode ser impresso, usar de recursos audiovisuais, entre outros.

Com o passar do tempo e avanço da era digital, houve certa revolução tanto na escrita como na produção e na difusão dos livros, sendo assim um gerador de mudanças e inovações na produção do material didático. O professor Pfromm Netto (apud BANDEIRA, 2002, p.15) aponta em seus estudos esse interesse tecnológico pela educação contemporânea.

De acordo com a utilização e combinação dos diferentes meios e tecnologias de informação e comunicação (TIC) para o desenvolvimento de processos educacionais, permite-se uma gama na oferta de produtos atendendo as diferentes classes e as necessidades do público.

O uso das novas tecnologias tornou mais fácil a transição do conhecimento e da informação digitalizada. Houve uma forma de migração das mídias, promovendo praticidade no cumprimento das informações e a sua expansão, porém respeitando a especificidade de cada mídia. Aqui partimos do pressuposto de que o material didático pode ser composto por diferentes tipos de mídia, a partir das exigências do processo da comunicação audiovisual.

O professor Netto (apud BANDEIRA, 2002, p.19) aborda a escassez de material audiovisual comparando com outros países e fala da importância de se explorar recursos multimídia. A ampliação de canais que transmitem informação contribui com a cidadania, expandindo o seu alcance. Segundo BANDEIRA (2002, p. 15) o material didático pode ser dividido em: impresso, audiovisual e novas mídias que utilizam tecnologia (computador e internet).

Material impresso: pode ser dividido em coleções e conjuntos, como cadernos de atividades, livro didático, livro paradidático, pranchas de comunicação, etc. Combinar tecnologias para desenvolver materiais educacionais permitem que se amplie a oferta de produtos de acordo com modelos formais e informais, público alvo, atender necessidades especiais, entre outras possibilidades.

No entanto, mesmo que haja muitos recursos para a elaboração do material didático a maioria ainda é impresso. Questionando-se o motivo disso, são levantadas três hipóteses: o material impresso é mais tradicional e conhecido há muito tempo, por isso ainda é bem aceito por alunos e professores; é de fácil manuseio e pode ser consultado fora da sala de aula (mas os recursos tecnológicos também); o material impresso não requer equipamento ou recursos tecnológicos para ser usado.

Mesmo nessa era digital, o livro didático ainda é a ferramenta mais utilizada por alunos, professores e especialistas, até mesmo por alunos da EAD (educação a distância). Aproveitam-se as novas mídias como complementação, como as vídeoaulas). A escolha para a aplicação do material depende da análise das equipes envolvidas, cada qual seguindo seus respectivos projetos políticos pedagógicos.

Material audiovisual: Para Bettetini (apud BANDEIRA, 2002, p. 20), é o produto, objeto ou processo que trabalha com estímulos sensoriais da visão e audição. Esta forma de mídia possibilita a integração de recursos auditivos com recursos visuais, como trilha sonora e diálogos com animação e atuação, por exemplo. Assim, “imagem, palavra e música integram-se dentro de um contexto comunicacional afetivo, de forte impacto emocional, que facilita e predispõe a aceitar mais facilmente as mensagens” (MORAN, 2000, p. 34 apud BANDEIRA, 2002, p. 20).

O MEC reconhece a importância dos recursos audiovisuais especialmente para a EaD pela interação do aluno com o material.

Novas mídias: meios de comunicação que podem transmitir informações. Representam uma inovação na produção e difusão do conhecimento. Já que propõe interatividade e recursos. No entanto quando em DVDs ou CDs exigem equipamentos, enquanto que a web é um recurso crescente, pela sua praticidade.

Como um exemplo contemporâneo de material didático que oferece integração e interatividade, temos a hipermídia, que tem por definição a reunião de várias mídias (texto, som e imagem) num suporte computacional eletrônico, com linguagem não linear que permite uma nova arte na edição e documentação dos materiais, proporcionando maior interação entre autor e leitor, criando assim, novos sentidos ao hiperdocumento, este podendo ser acessados simultaneamente em uma ou mais telas eletrônicas. A multimídia é um recurso não-linear, ou seja, não é “lido”, explorado, do começo ao fim. Mas por partes, como uma enciclopédia.

Como escolher o MD: A escolha depende do público alvo, do objetivo pedagógico, da finalidade do curso, carga horária, etc. A escolha deve ser feita antes, na preparação do curso, avaliada constantemente e reformulada, se necessário. De acordo com Moran (2001, p.44 apud BANDEIRA, 2002, p.24): "Com a internet podemos modificar mais facilmente a forma de ensinar e aprender, tanto nos cursos presenciais como nos cursos a distância".

Junto com a internet temos a web, um mecanismo responsável por disseminar informações e permitir a interação entre indivíduos e computadores, em qualquer localização geográfica. Mecanismo este, que possibilita a interação social dos usuários, criando entre si um contato virtual direto de troca de informações.

Fazendo-se uma breve análise do mercado de materiais didáticos, podemos observar que o mercado editorial é o maior segmento do ramo. Isso se deve a importância dos programas do governo federal, que distribuem livros didáticos para a rede pública de ensino.

2.1 Caracterização do material didático para surdos

Com uma maior compreensão do sistema didático no geral, direcionamos agora o estudo para um melhor entendimento da adaptação do material didático para alunos surdos. O que é adequado quando se fala em

material didático para Surdos? MIRSOEFF (1999) define a cultura visual como:

Uma tática para estudar as funções de mundo abordadas através de fotos, imagens e visualizações, e não através de textos e palavras”, portanto a imagem visual, no caso a língua de sinais, cuja imagem tem que ser estudada e interpretada culturalmente (p.125-126).

Compreender o processo didático de ensinar e aprender na educação de Surdos precisa considerar alguns aspectos que são essenciais para aplicação e efetivação de uma pedagogia que garante e proporciona conhecimentos gerais e específicos constituídos por gestos-visualização como prioridade educação de Surdos.

De acordo com Souza Campello (2008) durante suas pesquisas empíricas, a prática pedagógica mais utilizada na linguagem dos Surdos é a oralidade/leitura labial, os dados obtidos por ela vão mais profundos revelando que este tema é pouco estudado e observado cientificamente no Brasil e internacionalmente, por vários ensejos, dentre eles: ausência de políticas específicas, exigências de integração curricular na educação de visualidade de Surdos, números mínimos de Surdos com formação superior, políticas de inclusão, raros cursos com a disciplina de semiótica imagética, inexistência da formação específica na área de aspectos da visualidade na educação de Surdos.

Ao analisar o ensino como todo se observa que historicamente a educação foi voltada na memorização e oralidade onde a língua portuguesa é amparada pela fala/ sons, seu enfoque maior sempre foi à linguagem fonocêntrica o qual não é primordial e essencial para a Educação de Surdos que usa os signos visuais; causando desvantagens em relação à língua Portuguesa pelo fato de eles serem agrafos, no processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, as perspectivas de interpretações dos signos imagéticos ou de sinal: “Configuração de mão, Orientação da Mão, Movimento, Locução e Expressões Não-Manuais.” (CAMPELLO, 2000, p. 131) é relevante e de extrema importância considerar o conjunto desses elementos para criar um currículo específico voltado para a pedagogia desta comunidade Surda, incentivando a autonomia por meio da formação e informação:

A técnica dos aspectos da visualidade na educação de Surdos exige, sobretudo, o uso da imagem, captando em todas as suas essências que nos rodeiam , traduzindo todas as formas de interpretações e do seu modo de ver, de forma subjetiva e objetiva. Não é simplesmente, usar a língua de sinais brasileira, como uma língua simples, mecanizada, e sim, muito mais. Exige perceber todos os elementos que rodeiam os sujeitos Surdos enquanto signos visuais. (CAMPELLO, 2008, p.136)

Por não ser uma língua escrita deve se priorizar o gesto visual, as imagens, para que competências possam ser trabalhadas, vivenciadas, para construir uma proposta pedagógica real voltada para uma aprendizagem significativa na comunidade de Surdos.

O texto relata que há “des-conhecimento” por parte das instituições, dos formadores ao focar na oralidade e seus despreparos no currículo específico e até mesmo falta de recursos públicos para efetivação de um ensino com mais qualidade.

Algumas, propostas pautadas na visualização e criação de parâmetros, implementados na educação desta comunidade diz que: “a língua desenvolve-se historicamente e uma vez constituída, impõe aos falantes uma maneira de organizar o mundo” (FIORIN, p. 150).

A LIBRAS é pouco difundida dificultando o processo de ser dialógica aos interlocutores ou não interlocutores, mesmo nas academias de línguas há poucas áreas estendidas para a utilização da Libras, pois: a maioria são interpretes ouvintes que acabam valorizando a fala, que por alguma razão histórico social não

possuem ou têm pouco conhecimento sobre a ótica imagética e poucas disciplinas oferecem este como recurso de aperfeiçoamento desta para a língua materna e vice versa; o professor precisa se especializar mas há pouco estudos e pesquisas sobre o tema. Embora as políticas públicas tiveram alguns avanços, porém é insuficiente para a concretização de uma educação de qualidade já que não há especialistas habilitados para instruir seus discentes desde a educação infantil, tão pouco formar leitores na língua de sinal brasileira.

Portanto a autora propõe um modelo para facilitar a linguagem de comunicação e aprendizagem entre surdos, híbridos e não surdos de descrição imagética:

[...] Onde todo e qualquer recurso que for utilizado para ajudar na comunicação, a compreensão dos conceitos deveram ser aplicados com naturalidade, e não para modificá-los, mas para auxiliar na compreensão e tradução gramatical visual (CAMPELLO, 2008, p.152).

De tal modo o texto relata que há vários autores teóricos trabalhando a comunicação da Língua Brasileira de Sinais a partir dos aspectos linguísticos o que contrapõe a ideia da autora que sugere pensar no ensino por meio das imagens viso espacial (comunicação não verbal) já que a língua e a linguagem são dinâmicas e que tudo faz sentido quando inseridos e compreendido na aprendizagem significativa da comunidade Surda, o estudo aqui apresentado mostra importantes relacionamentos com a vivência e interação destas para uma integração do ensinar e o aprender.

O pesquisador Bhabha (1998 apud CAMPELLO, 2008, p.159) defende que os signos são mutáveis e visuais, e o que permite esse caráter mutável dos signos é seu envolvimento com a comunidade surda. Um grupo de sinalizantes que apoderam-se dos sinais apresentam variações de discurso, delimitando diferenças culturais, assim como a língua portuguesa possui variações, as línguas de sinais também separa-se e modifica-se conforme o grupo que a utiliza, resultando em múltiplas identidades surdas. Dessa maneira, ocorre uma nova significação do signo e conseqüentemente a evolução do mesmo. “Os signos evoluem com a evolução da língua e da visualidade, no contato e no uso linguístico” (CAMPELLO, 2008, p.159).

A apreensão dos signos depende de alguns fatores externos, tais quais, família, escolarização e ambientação. Por exemplo, crianças surdas nascidas em famílias ouvintes, ambientes não favoráveis à visualidade, podem sofrer atrasos em seu desenvolvimento, já que não são estimuladas visualmente, pois as famílias preocupam-se mais com o “treinamento fono-articulatório”. No entanto, antes do ingresso da criança no ambiente escolar, ela estabelece comunicação por meio de gestos. Se estes gestos forem aceitos e reproduzidos pela família, são criados os “sinais domésticos”. Este processo é semelhante ao observado em adultos surdos isolados por Yau (apud CAMPELLO, 2008, p. 159).

Adversamente, crianças surdas nascidas em ambientes favoráveis à visualidade, demonstram um desempenho melhor em seu desenvolvimento, pois se beneficiam da possibilidade de comunicação em sua língua natural.

Já adultos surdos isolados, segundo as observações de Yau e Souza-Fusellier (apud CAMPELLO, 2008, p. 160), criam as próprias significações dos signos, influenciadas pelas “culturas circundantes”. No entanto, suas formas significantes são muito semelhantes entre indivíduos. Os sinais domésticos, categorizam-se de acordo com a percepção visual dos indivíduos a fim de “estabilizar seu conceito pré-linguístico” (CAMPELLO, 2008, p.160).

A mediação semiótica é a relação do indivíduo surdo com o mundo, através do signo. É o contato inicial, direto do “estímulo”, ou “visualização icônica”, diz respeito apenas à ação dos órgãos do sentido, sem aprofundar-se em uma interpretação. A mediação semiótica é muito importante para a compreensão da visualidade dos

surdos. No mundo visual o símbolo está em todos os lugares, em todos os momentos, é com ela que os indivíduos surdos constroem “seu mundo sem som”.

Os signos são criados e convencionados culturalmente, portanto ainda que um único indivíduo utilize-o, ainda está carregado de significado cultural no qual está inserido. A mediação semiótica permite interação dos sujeitos surdos com o mundo simbólico, tornando-o ao mesmo tempo produtor desse mundo e produto dele, pois é “ser que se humaniza na e pela atividade simbólica” (CAMPELLO, 2008, p.161). Essa interação garante o que Vygotsky chama de “ação mediada”, pois permite a influência mútua do indivíduo com o grupo em que está inserido.

A semelhança dos signos observada nos adultos surdos isolados, demonstram o processo de iconicização e a importância da visualidade, uma vez que se baseia “na descrição de contornos de formas e/ou da retomada gestual icônica das formas destacadas de referências categorizadas”.

Yau e Souza-Fusellier (apud CAMPELLO, 2008, p.161) observaram que a representação de conceitos através dos signos reforça sua estabilidade na fase pré-linguística. Afirmam também que os sinais diferenciam-se de duas maneiras: a primeira são sinais que se baseiam na forma ou contorno da forma, por “combinações gestuais que associam descrição de contorno de forma e ação frequentemente associada a essa forma”, a outra recorre apenas à imitação de ações.

A língua brasileira de sinais, inicialmente sofreu influência da língua de sinais francesa. No entanto, antes que a segunda, já estabilizada e com regras gramaticais definidas chegasse e fosse aprendida, é possível que no Brasil já houvesse algum tipo de comunicação gestual. Ou seja, em algum momento as duas línguas tenham se separado e a língua brasileira de sinais evoluiu a sua própria maneira, conforme a cultura dos próprios usuários, independente da outra língua. Atualmente as duas demonstram poucas semelhanças lexicais.

As línguas de sinais possuem perspectiva lexical e icônica. Elas podem entrecruzar-se e influenciar uma a outra, tanto entre línguas de sinais, quanto gestos de línguas orais. Esses gestos podem ser compreendidos pelos surdos, mesmo com ausência de som, e posteriormente incorporados na sua fala. Este processo na perspectiva icônica é chamado “transferência” (CUXAC apud CAMPELLO, 2008, p.164).

De acordo com Campello “A não utilização da Língua de Sinais nos contextos de escolarização de Surdos pode trazer grande dificuldade ou até impedir a apropriação dos conteúdos acadêmicos”. (QUADROS, 2004 apud CAMPELLO, 2008, pg131), com essa afirmação é possível constatar como é importante a utilização da Língua de sinais no contexto escolar e consequentemente o uso de materiais didáticos adequados e de boa qualidade, além da necessidade dos profissionais serem qualificados e fluentes na Língua Brasileira de sinais.

A Dra. Maria Teresa Messeder Andion, membro do Conselho da Diretoria da Associação Brasileira de Psicopedagogia e autora do livro “Jogo de Areia – Intervenção Psicopedagógica à Luz da Teoria Piagetiana na Caixa de Areia”.

A construção de uma apostila de Língua Portuguesa, por exemplo, necessita de um profissional da área, atualizado, com suporte teórico e que seja especialista naquela matéria. Entretanto, nem todas as escolas possuem um aporte deste nível. (ano, p. xx)

É possível perceber, portanto, que assim como a apostila de Língua Portuguesa, usada como exemplo pela autora, qualquer outro material didático também deve ter um profissional da área qualificado, atualizado e competente para auxiliar seu aluno no que for preciso, tendo sempre em vista o objetivo da formação integral deste.

E para demonstrar a importância do MD adequado ao indivíduo, a Pesquisadora e Doutora em Educação

Ana Souza Campello relata sua própria experiência na Gallaudet University durante sua bolsa de estudos, em uma aula de matemática ela observou que os alunos tinham muitas dificuldades em aprender, “O professor estava se orientando por um livro didático de matemática e encontrou aí, o motivo do “problema”: a linguagem contida no livro era dirigida aos não-surdos.” (CAMPELLO, 2008, p.128) Seu objetivo era observar como o ensino era aplicado aos indivíduos surdos, uma vez que é a única universidade do mundo cujos programas são desenvolvidos para pessoas surdas. Por fim:

Como desejava que o livro didático de matemática fosse transformado contendo nele uma didática para Surdos que facilitasse o entendimento com enunciados mais claros possíveis, empenhou-se, juntamente com seus alunos, na produção de uma didática baseada nos aspectos da visualidade na educação de Surdos. (CAMPELLO, 2008, p.128)

Evidenciando assim a adequação do MD, que é de grande importância para uma melhor aprendizagem dos alunos Surdos.

2.2 Sobre a resolução nacional sobre os direitos do atendimento ao aluno surdo

Aos alunos surdos é assegurado por lei que lhes seja concedido material de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 4, de 2 de Outubro de 2009 estabelecida pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica:

Art. 2º O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; (...).

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Parágrafo único. Os profissionais referidos no inciso VI atuam com os alunos público alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado: I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; (...).

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; (...).

2.3 Caracterização situacional do ensino de surdos no município

Podemos afirmar que o direito de estudar e ter qualidade nos materiais é dever do município e dos professores. Seguindo essa linha de raciocínio, fomos à secretaria de Educação de São José do Rio Preto levantar dados sobre o material disponível aos alunos surdos e os profissionais que trabalham no município.

Constatamos que, na cidade, que conta com aproximadamente 410 mil habitantes, sendo 11. 510 mil deles com algum grau de deficiência auditiva – cerca de 3% da população de acordo com o censo do IBGE em 2010 - há somente três professoras que atuam no Centro de Atendimento Educacional Especializado e Convivência (CAEEC): duas no Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE) com crianças em idade escolar e uma na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com pessoas a partir dos 17 anos.

Cada sala do NAEE atende crianças com diferentes graus de surdez. Uma sala é destinada a alunos com surdez profunda, a outra, a deficientes auditivos, ou seja, que possuem algum grau de audição e que não se identificam com a comunidade surda, portanto, não necessariamente dependem da comunicação apenas por meio da língua de sinais. A sala de EJA acolhe tanto alunos com Deficiência Auditiva, quando alunos com Deficiência Intelectual.

A situação é preocupante, pois evidencia a falta de preparo do município para lidar com pessoas surdas. As professoras do CAEEC relatam que há poucos recursos e pouca verba destinada ao centro. O material didático é escasso e pouco variado, sendo alguns dos materiais utilizados comprados pelas próprias professoras, que também contam com a internet para ampliar seus recursos e materiais. Aos seus alunos, apresentam a língua através do que é concreto, também vídeos em Libras no YouTube e com jogos coloridos e ricos em imagens.

No entanto, os maiores desafios que enfrentam os profissionais que trabalham na área provêm do fato de que poucos alunos conhecem a língua de sinais, têm contato com ela ou a utilizam em seu dia-a-dia. As crianças Surdas são privadas do uso da língua que lhes é natural, pois ainda valoriza-se muito a visão medica, de que surdez é uma deficiência que precisa ser curada.

Desta maneira, o estudo e desenvolvimento de materiais didáticos ligados a Libras são escassos e divulgados muito lentamente, dificultando o processo educacional e comprometendo, por vezes de maneira grave, o desenvolvimento acadêmico desses indivíduos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que o individuo surdo aprende melhor quando é ensinado com os aspectos da visualidade, o concreto é mais fácil de internalizar, por causa da sua característica visuoespacial. Portanto o MD para essas pessoas é importante abranger elementos concretos, sendo mais vídeos e imagens do que texto.

Certamente há ainda muito que desenvolver em termos de MD, uma vez que falta material e estudos sobre ele. Evidenciamos essa defasagem de conteúdos sobre o tema, também certo desinteresse por parte dos órgãos responsáveis pela educação tanto no âmbito regional como nacional. Deixando a cargo dos profissionais da área toda a responsabilidade do ensino e da produção do MD de acordo com suas especificidades.

Em nossa região falta destaque e atenção para o problema da Educação dos Surdos, como visto pela falta de profissionais qualificados para atender a uma grande quantidade de indivíduos surdos e a falta de assistência da Secretária da Educação para com os professores e cidadãos, visto que em nossa visita, não tinham nada para nos mostrar, com a orientação que se houvesse algo, estaria no CAECC.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Denise. *Material didático: conceito, classificação geral e aspectos da elaboração em vídeo* livraria. Disponível em: <<http://www2.videolivaria.com.br/pdfs/24136.pdf>>

Acesso em: 12 set. 2017.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. *Aspectos da visualidade na educação de Surdos*. 2008. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2008.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

TEZZA, Cristóvão. *Material didático: um depoimento*. Disponível em: <www.cristovaotezza.com.br/textos/palestras/p_material-didatico.htm> Acesso em: 12 set. 2017.

SENSO do IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-do-rio-preto/panorama>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

<http://www.revistaemidia.com.br/net/a-importancia-do-material-didatico/> Acesso em: 22 abr. 2018.

Portal do MEC disponível em:http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em 22 abr. 2018.